

# **[ TENTATIVA DE REFLEXÃO SOBRE OS INTRIGANTES FUNDAMENTOS DA CULTURA BRASILEIRA ]**

**OU (TALVEZ) ENSAIO DE  
ESCAVAÇÃO EM BUSCA DOS  
FUNDAMENTOS DE UM  
DISCURSO SOBRE CULTURA  
BRASILEIRA**

**ORDEP JOSÉ TRINDADE SERRA**

*Texto da palestra ministrada por Ordep Serra em uma conferência promovida pela Pró-Reitoria de Extensão da UFBA em 2005, no Instituto Goethe (ICBA, Salvador).*





## INTRODUÇÃO

Fui imprudente ao aceitar o convite dos meus amigos Paulo Lima e Manoel José, que me propuseram discorrer sobre este tema. Não me sinto à vontade com a tarefa. Não sou especialista no assunto, nem simpatizo com ele. Acho-o perigoso, cheio de armadilhas. Mas gosto de desafios... De resto, bem sei que amigos sempre nos levam a fazer coisas inesperadas. Aqui está, portanto, o texto que me encomendaram. Texto de uma palestra.

Só não garanto que a conversa corresponderá ao escrito. Acho improvável. Nunca leio as palestras que escrevo, assim como os políticos nunca escrevem as que lêem. Vou levar a papelada, talvez lhe dê umas olhadelas. Seguirei (mais ou menos) o roteiro que desenvolvo na presente reflexão.

Ler para o meu público o que agora estou a digitar? De jeito algum! Na palestra, quero olhar para as pessoas com quem estarei falando, não para o papel. Certamente me virão novas idéias, talvez bem diferentes das que agora me ocorrem.

Por favor, imagine Você, prezada leitora, ou paciente leitor, que estamos na sede baiana do Instituto Goethe, numa tarde-noite amistosa. Conversamos sobre este assunto esquisito. Vamos, primeiro, circunscrevê-lo.

O título que escrevi aí em cima tem uns adjetivos acrescentados por mim. No começo, Paulo encomendou uma fala sobre **os fundamentos da cultura brasileira**. Depois mudou um pouco a encomenda: disse que eu devia tratar dos fundamentos **do discurso** sobre esta cultura. Começo pela primeira proposta. A mais complicada.

Uma parte da complicação está no pressuposto do título. As palavras não são inocentes. Por mais que tenha conquistado certa elasticidade filosófica, o termo *fundamentos* faz pensar em coisa imóvel, em alicerces. Leva a pressupor uma limitação indispensável. Construir para além dos alicerces é perigoso. O que ultrapassa os fundamentos corre o risco de esboroar-se: é, ou fica, infundado. Quem fala sobre os fundamentos da cultura brasileira deve ser capaz de delimitá-la, riscar-lhe a planta... Não tenho tamanha pretensão. Nem mesmo creio que exista essa planta... Recuso-me a ver a cultura brasileira como um edifício, uma construção já pronta, ou quase pronta. A



imagem me desagrada. Aceitando-a, pode a gente cair em um discurso autoritário: na tentação de dizer, ditar, determinar, o que tem fundamento e o que não tem — o fundamental e o infundado — nas proposições relativas a essa cultura.

Deus me livre de tão grande autoridade.

Outras dificuldades nos espreitam no teto do título. Esses problemas parecem ostras coladas ao casco da noção de cultura — *bâteau ivre* que submerge, flutua de novo, mergulha, volta a singrar e até sobrevoa os sete mares da erudição e da conversa fiada. O vago teor com que ela instala uma aparência de consenso na maioria dos discursos nos quais desponta lhe confere uma falsa unidade: trata-se, porém, de uma noção híbrida, de uma cifra que, vista de perto, tem qualquer coisa de colcha de retalhos. Quase todo o mundo a relaciona de imediato com a antropologia e isso parece garanti-la; seu uso se torna, assim, mais confortável para todos... Menos para os antropólogos.

Estou muito longe de desprezar a riqueza da elaboração antropológica do conceito de cultura, mas é fácil constatar que ele entrou em crise na disciplina. Hoje esta crise mostra-se aguda... Mas ela não é de hoje. Murdock já queria descartar esse conceito — contra o qual, depois do seu, múltiplos ataques foram desferidos, ao longo de todo o século passado. Um bom apanhado das ondas de rejeição que o visaram foi feito por Sahlins na década de 1970; na década de 1990, viu-se muitos antropólogos *writing against culture*, e no presente século as propostas de descarte da noção há muito canonizada na disciplina continuam a aparecer, provocando acirrados debates. Ao mesmo tempo, contudo, *extra muros* da antropologia, a noção de cultura difundiu-se, cresceu, inchou, ganhou prestígio... Não raro, invocando a antropologia.

O desconforto que os antropólogos experimentam com este conceito deve-se, em grande medida, ao fato de que, na passagem ao domínio do senso comum e na migração para campos acadêmicos diversos (penso na disseminação dos chamados “estudos culturais”) esta idéia, importada de sua disciplina, sofreu sérias transformações, metamorfoses violentas: tornou-se-lhes irreconhecível, quiçá irrecuperável...

Mas não é fácil deixá-la. Como poderia a gente livrar-se dela? Impossível negar que deu muitos frutos... Parece que ainda precisamos de sua fértil cepa.

Uma distorção comum advém da combinação esdrúxula da noção antropológica de cultura com outra, correspondente a um sentido anterior da palavra: uma noção que precedeu, de muito, a antropologia. A meu ver, essa idéia mais antiga é importante e válida, tem aplicação no mundo atual e até pode — feita a necessária distinção — articular-se com o conceito antropológico homônimo. Mas insisto: a distinção tem de ser feita.

Antes de empreendê-la, torna-se indispensável um esclarecimento. Devo reconhecer que simplifico quando falo em **um** conceito antropológico de cultura. Dentro da disciplina esta idéia proliferou, dividiu-se e multiplicou-se... Sem mudar de nome.

Do ponto de vista antropológico **mais amplo**, cultura corresponde ao comportamento humano socialmente transmitido e aprendido, por oposição ao comportamento transmissível por via genética (como o “reflexo de sobrevivência”, por exemplo). Este conceito de cultura os etólogos também usam para falar de outros bichos: de animais não humanos. Pois muitos destes têm intensa vida social, aprendem socialmente vários comportamentos, não se limitam de modo algum ao que “já nascem sabendo”.

Dá-se que em nossa espécie a socialização é mais intensa e complexa, a dependência quanto à sociedade é certamente mais profunda: envolve a imersão em um



denso meio simbólico. Nossa linguagem nos faz introjetar o campo social, internalizar a sociedade. A socialização vem a ser uma condição indispensável à nossa vida, presente em tudo que ela tem de propriamente humano.

A rigor, os indivíduos humanos não surgem prontos. Têm de humanizar-se. E o logram por via da socialização. Nós somos, por assim dizer, socialmente construídos. Fazemos a sociedade e ela nos faz. É essa dialética que o antropólogo tem em mira quando fala em cultura **no sentido mais amplo do termo**.

Bom, há um outro sentido antropológico da palavra, que tem a ver com este: é um seu desdobramento... A evolução que nos fez mais dependentes de aptidões que de procedimentos instintivos pré-delineados, “pré-moldados”, deixando-nos abertos à aprendizagem contínua, entregues à internalização de esquemas sociais (e carentes deles para quase tudo), *ipso facto* deu à nossa espécie uma variabilidade muito grande no tocante a padrões de conduta. A história de um grupo humano define seu código social, que passa a ser um dos fatores decisivos no desenvolvimento dessa mesma história... Por outro lado, as vicissitudes que, desde a primeira diáspora da espécie, fazem variar **as histórias** das sociedades humanas induzem uma variação concomitante de códigos, criando a rica diversificação do ecúmeno, do universo antropiano, em termos de modos de vida. Os muitos códigos assim constituídos (os diferentes estilos de vida, modelos de organização social, visões de mundos etc.) podem, individualmente — e até onde se deixam recortar —, ser chamados de *culturas*.

Estes são conceitos antropológicos — tão novos quanto a disciplina, que é de ontem. A palavra *cultura* existe desde muito antes, no latim. Estava relacionada, em sua origem, com a idéia da lavoura, do cultivo dos campos. No século XVIII, filósofos franceses passaram a usar *culture* com o sentido de progresso humano, esclarecimento, auto-cultivo. Pensadores alemães adotaram a palavra, a princípio com o mesmo sentido — a que depois reservaram o termo germânico *Bildung* —; só mais tarde (também na Alemanha) a palavra *Kultur* passou a designar os costumes de sociedades específicas e/ou o conjunto dos usos sociais. Este sentido já plenamente antropológico se consolidou na obra de Gustav Klemm. Inspirando-se em Klemm, e dando alcance ainda mais genérico ao termo, o inglês Edward Tylor elaborou sua famosa definição de cultura como “conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” — uma definição ainda hoje repetida em todos os manuais de antropologia.

A idéia de cultura no sentido de *Bildung* teve um desenvolvimento independente, recapitulando valores que já eram associados ao termo “cultura” por pensadores do Renascimento italiano; deu-lhe um matiz novo, com a ênfase no processo de formação (e auto-formação) dos indivíduos conscientes.

Tirando-se à idéia de *Bildung* os seus laivos de individualismo romântico, ela pode ser muito sugestiva do objeto das ações que uma política cultural deve fomentar. O valor deste conceito, desta idéia de *Bildung*, meritória se empregada de modo lúcido, está no reconhecimento de que a base da ação cultural se encontra no campo educativo, com uma implicação da maior importância: quem demanda essa formação tem de assumir a responsabilidade principal no processo. Por outras palavras, a cultura como *Bildung* é auto-formação, o que, no melhor sentido, não significa uma tarefa solipsista, nem pressupõe auto-suficiência, mas sim auto-exigência, empenho constante na busca de aperfeiçoamento com base no saber, numa compreensão que tenta expandir-se. Entendida dessa forma (que implica em modificá-la de modo livre e criativo), a idéia de cultura como *Bildung* parece-me que ainda tem valor.



Na década de 1980, escrevi um pequeno ensaio sobre o assunto “cultura”. Incomodava-me uma confusão desastrosa em que incidia, então, muita gente boa. No próprio MinC, era costume dizer que os órgãos culturais devem trabalhar com “o amplo conceito antropológico de cultura”, considerando cultura — esclarecia-se — “todo fazer humano”. Meu irmão Olympio Serra, que também é antropólogo e então trabalhava na Fundação Nacional Pró-Memória, vivia protestando contra isso.

Mas nem sempre era ouvido.

Ora, como digo no ensaio a que aludi, se o objeto de uma política cultural for mesmo a cultura “em sentido antropológico amplo”, ela poderá tratar de qualquer coisa originada pela ação humana. Ou de nada... A rigor, não terá objeto. Sobretudo, carecerá de orientação axiológica — o que a descaracterizará enquanto política. Mas contraditoriamente, a proposta em questão se pensa como uma política, embutindo um propósito de valorização. Que se quer democraticamente orientada.

Será isso possível?

Vamos a exemplos que permitam avaliar a pretensão desse conato político: trata-se examinar a tese que faz coincidir cultura “no sentido antropológico amplo” e cultura enquanto campo de uma ação programática.

Uma organização criminosa como a Máfia tem suas regras, seus padrões de conduta formalizados; tem uma hierarquia, um código próprio, uma práxis característica e modos particulares de socializar seus membros; tem valores e padrões de conduta que lhes impõe. O Comando Vermelho é um fenômeno cultural, assunto legítimo de consideração antropológica, tanto quanto uma associação de banqueiros ou (para aliviar) uma Academia de Letras. A tortura é um “fazer humano”. Envolve comportamentos aprendidos, socialmente transmitidos. Pode ser, ou tornar-se, institucional. É possível falar, por exemplo, em uma “cultura de torturadores” para fazer referência às normas, praxes, técnicas etc. que eles aprendem, ensinam e aplicam de forma sistemática.

Se não bastam esses exemplos, permitam-me agora uma pequena citação direta do trabalho evocado, o primeiro ensaio do meu livro *O Simbolismo da Cultura*:

“Em sentido amplo, reportam-se a processos culturais tanto a construção de telescópios quanto a guerra, a paquera ou a dissecação de cadáveres; a criação de gado vacum, assim como o uso da gravata; o tiro ao pombo e a confissão auricular... São criações culturais as fraldas descartáveis, do mesmo jeito que as estátuas de Rodin ou os quadros de Pancetti (...) as ventarolas e as sinfonias, o raio laser e o fio dental.”

Dizer que o objeto da política cultural seria a cultura “em sentido amplo” era um lema bem intencionado, tinha um propósito positivo — que assim não se podia realizar. A boa intenção era a do combate ao elitismo que cinge a cultura a manifestações associadas aos valores da “classe alta”. No Brasil, apenas uma parcela mínima da população alcança uma educação superior; entender a cultura como associada exclusivamente aos pré-requisitos dessa educação é, sem dúvida, um procedimento equívoco: resulta, ou pode resultar, numa discriminação. O raciocínio por trás da proposta que critico era simples: do ponto de vista do elitismo, pode-se fazer uma distinção entre “pessoas cultas” e “gente sem cultura”. Para esta perspectiva, o povo analfabeto, ou sem educação suficiente, não tem cultura; só a tem quem pôde estudar, preparar-se e, mais ainda, cultivar-se com esmero, freqüentando círculos intelectuais, lugares “finos” onde circula mercadoria cultural de alto preço. Ora, de acordo com a antropologia, todos os seres humanos têm cultura: sem isso, nem sequer



se alcança a condição humana... Logo (concluía-se) há que adotar o conceito antropológico para garantir o traçado de uma boa política cultural: assim todos serão contemplados, do modo mais democrático.

Sucedem que com isto se exagera, consagra e consolida uma clivagem que pode e deve ser superada. A fronteira entre “alta cultura” e “cultura popular” não é rígida, nem mesmo bem definida... Muitos dos melhores momentos de criação cultural acontecem quando ela é ignorada, desrespeitada. Mas não é este o único problema que afeta a linha de pensamento populista: dá-se que ela, de fato, não questiona a manutenção de um estado de coisas em que a educação superior é privilégio. Em vez de trabalhar por sua difusão, finge-se ignorar que ela faz falta a muita gente; que todos, a rigor, têm direito a ela.

Repito e sublinho que em muitos casos é difícil demarcar fronteiras... Darei exemplos próximos, lembrando nomes baianos. Cunha e Babalu, pintores de raízes populares, empregam técnicas variadas e absorvem informação estética de diversas origens, inclusive de fontes a que se aplica o rótulo de “cult”; absorvem esses recursos e os “digerem”, transformam, recriam: sua arte canibaliza a informação erudita de maneira gloriosa, sem perder a riqueza de uma tradição pictórica alimentada por artistas do povo. Carlos Gregório joga seus recursos eruditos na gamela popular e faz uma bela mistura, inextricável. Paulo Lima orchestra orikis de jeito vanguardista...

Também é engano imaginar que só no circuito ilustrado acontece a busca de superação, o cultivo da maestria. Nossos grandes artistas do povo são, sim, muito cultivados: eles apuram suas técnicas, buscam de modo constante o aperfeiçoamento, exigem muito de si mesmos. Desprezam os praticantes bisonhos, refinam seu trabalho. O ensino da música sacra dos Terreiros baianos, por exemplo, é rigoroso. Exige esforço, atenção, cultivo de uma rica memória musical.

Espanta-me a erudição poética dos cantadores que dominam metros complicados, sabem de cor longos *romances* e pelejas, guardam na memória um acervo de fórmulas espantoso; esses homens e mulheres que treinam de forma intensiva, que educam sua criatividade para manter acesa a chama do improviso, para mim são pessoas cultas. Eles pesquisam, estudam, trabalham a imaginação, buscando enriquecê-la sempre. O fato de que usam fontes alheias à tradição acadêmica, recorrem a um circuito próprio onde se municiam de saberes de uma natureza toda peculiar e dependem muito da tradição oral, em nada diminui sua arte, seu esforço de refinamento.

Eu falei em **erudição** a propósito de cantadores, violeiros, poetas populares... Isso nada tem de impróprio: *erudire*, em latim, significa, ao pé da letra, esforçar-se por tirar a rudeza, refinar. Ana Roxinha e Inácio da Catingueira são **clássicos** pela excelência de sua arte guerreira e canora. São poetas de um indiscutível refinamento.

Sim, em resumo: o elitismo é uma praga. E o populismo não fica atrás. Isto se vê com facilidade: enlatados eruditos e pop-enlatados se equivalem na chatice.

A ótica populista propõe um nivelamento por baixo de toda a produção cultural, obedece de modo cego à lógica do consumo, anula o requisito da busca de excelência no trabalho artístico: é marcada por uma tolerância que disfarça mal o desprezo. No fundo, compartilha muitos dos preconceitos elitistas que só na aparência combate. Inspira uma política equívoca, que deixa de lado o mais importante: a educação.

Já estou pressupondo que a política cultural tem a ver com o fomento da criatividade, o avanço dos saberes, o incremento da compreensão e do convívio entre



grupos humanos. Assim entendida, ela visa um aprofundamento da educação, um trabalho capaz de ir além do âmbito das escolas; um empenho que privilegia a invenção, a descoberta de meios de expressão inovadora, uma prazerosa produção-fruição de conhecimentos e valores, o apuro da sensibilidade. Assim entendida, a política cultural vem a ser muito necessária. De fato, é indispensável à melhoria da qualidade de vida de um povo.

Mas note-se: quando falo em educação, em **cultura como educação**, não me estou referindo a uma simples transmissão de informações de um grupo a outro, em que o grupo protagonista (o dos “homens cultos”, dos artistas e criadores) transmitiria sua riqueza intelectual ao segmento menos qualificado, por suposto desprovido da cultura, e por isso limitado ao papel de receptor passivo. A educação a que me refiro opera no campo do diálogo; envolve trocas profundas, disposição de inventar-se e descobrir-se nos olhos dos outros.

Claro que para a provocação e sustentação desse diálogo é preciso contar com pessoas que se preparem devidamente, que busquem aperfeiçoar-se, que se critiquem e cultivem... Elas devem estar prontas a descobrir valores e incrementá-los, abrindo novas portas, multiplicando contactos. A meu ver, a política cultural consiste na criação de recursos para o cultivo da imaginação, com vistas à melhoria das condições de vida e do entendimento entre os homens. Ela abrange os domínios das linguagens artísticas e da memória coletiva, o campo crítico da produção simbólica que confina com o da reflexão filosófica e também com os reinos da ciência e tecnologia.

É um vasto espaço, sem dúvida...

Assim pensada, a cultura está associada à proposição criativa de valores, corresponde ao invento de formas novas, livres e libertadoras, de entendimento e sentimento; liga-se ao empenho de enriquecer o convívio; tem compromisso com o imperativo categórico da liberdade e lhe incumbe defendê-la através de um constante exercício crítico. Implica em promoção da dignidade humana.

Chego à margem de outro problema... Vamos a ele.

...

Quando a gente fala em “cultura brasileira”, os sentidos de cultura que tratei de distinguir voltam a ligar-se, a implicar-se e complicar-se. Como definir o objeto a que se dá este nome pomposo, “cultura brasileira”?

Impossível investigar-lhe o sentido sem apelo às ciências humanas.

Imagine-se um trabalho etnológico, sociológico e historiográfico, o mais completo possível, focalizando o Brasil. Completo, mesmo, um trabalho dessa monta nunca seria, claro está... Mas suponha o leitor que um levantamento exaustivo fosse levado a efeito, gerando uma espécie de tomografia sócio-antropológica do país, tanto sincrônica quanto diacrônica. Juntar as peças do mosaico seria outro empreendimento hercúleo... E o resultado **não** seria passível de uma síntese final hegeliana. Quando nada, porque no Brasil se acham diferentes povos, grupos étnicos distintos (indígenas e migrantes) “não assimilados” — ao menos de todo — à feição da maioria; e mesmo pondo-se de parte esses segmentos, a população brasileira — essa maioria de que vagamente se falou — não é nada homogênea, em nenhum sentido. Haveria que considerar as diferenças locais, regionais, de classe etc. num curso de tempo que não transcorreu sem mudanças significativas. É impossível falar da cultura brasileira como uma totalidade dada, um conjunto uno, configurado por obra de harmonia pré ou pós-estabelecida. Mas cabe reconhecer que além da diversidade verificável no país, este



compreende também uma (sempre flutuante) dimensão de *koinonía*, de encontro, de reunião... Tensa, incompleta, atravessada por conflitos, porém efetiva: um meio dinâmico onde muitas diferenças se comunicam e onde se compartilha (de formas variadas) uma experiência histórica. Nisto se baseia a unidade que o estado-nação reivindica e que, com essa reivindicação, em grande medida inventa — ou, pelo menos, ajuda a erigir.

O estudo da formação social brasileira compreende a abordagem de uma consciência nacional que aqui se constituiu através da história. A gênese dessa consciência envolve um processo político. Ela não pode ser entendida como consciência pura, gerada espontaneamente enquanto **reflexo** de uma história compartilhada, ou fruto “autóctone” de um terreno comum de tradições, efeito de um inexorável pertencimento; mesmo porque a unidade postulada é, em grande medida, a de um **projeto** que também decorre da sua afirmação. E o pertencimento é politicamente construído, por menos que tal construção se dê a perceber.

A “consciência nacional” exprime uma vontade política não isenta de contradições. Ela incorpora desejos, imagens oriundas do desejo, valores e interesses nem sempre claros, muitas vezes em conflito. Nutre-se, também, de mitos, de uma produção ideológica que a mitifica.

Essa consciência tem, pois, uma dimensão que lhe escapa. Não é um puro ato de razão a dar-se conta de uma realidade sócio-cultural existente “em si”, antes que ela a ponha “para si”. A história comum-exclusiva em que ela busca firmar-se é também sua criação, formada numa leitura teleológica retrospectiva, no estilo da profecia *ex post facto* — coisa que, não raro, essa incerta consciência logra esconder de si mesma. Ela tem, pois, seu inconsciente, capaz de assumir-lhe o governo em poderosos delírios... Como os que informam a ideologia nacionalista.

Tanto no mundo moderno como no pós-moderno (que, *pace* Bell, *pace* Watkins e Kramnick, ainda não ultrapassou de todo a “era das ideologias”), a falsa consciência do nacionalismo tem de ser levada em conta por quem busca o significado de uma consciência nacional.

Não digo que esta consciência nacional seja uma pura ilusão; não a estimo redutível ao nacionalismo que a distorce. Reconheço que ela tem realidade política (e também moral). Digo só que ela é passível de engano, de obscurecimento: pode incorporar ilusão e má fé, de um modo muito deformador. Por outro lado, reconheço, ela também pode ter sentido positivo. Mas para que este sentido positivo se afirme é preciso um trabalho crítico, o qual implica um esconjuro sócio-antropológico da reificação da cultura, isto é, do ato de falsa consciência que a naturaliza para convertê-la em fonte misteriosa de uma identidade cristalizada, capaz de instaurar-se — sugerem-no as mitologias do gênero — através de uma espécie de estampagem.

(A propósito, é fácil ver porque, em todo o mundo, ideólogos da direita tiveram êxito em transformar as idéias de cultura e “identidade cultural” em um sucedâneo da desmoralizada noção de raça — praticamente com os mesmos efeitos discriminatórios).

Direi logo que sentido positivo pode ter a “consciência nacional”, reportando-me imediatamente ao nosso caso.

O Brasil é uma criação política. A realidade desta criação se funda em um projeto: o de sua independência. Esta não corresponde ao voto absurdo de uma autarquia monádica, cujo fundamento se encontraria numa definição essencialista da brasilidade. Corresponde a uma afirmação do direito de todos os homens e mulheres



que, com seu trabalho, fazem a riqueza deste país, a desfrutar dela e viver dignamente aqui.

Estamos muito longe da realização deste projeto — temos uma independência muito parcial — mas é ele que dá sentido ao Brasil. Por obra de lutas e trabalhos movidos a esperança, nossa história também é — sobretudo, **pode ser** — “uma façanha da liberdade”.

Em vista disso, convém que a gente pense a cultura brasileira de um modo criativo: com saudades do futuro. Isso exige também pensar nos limites, nos impedimentos, nas dificuldades que a cercam.

...

Retomo neste momento a escritura do texto encomendado, depois de ter feito a palestra propriamente dita, no Instituto Goethe. Como previa, segui apenas em parte o roteiro imaginado. Tenho, agora, a vantagem da rememoração... Mas advirto que não tentarei reproduzir minha fala. Omitirei algumas coisas, acrescentarei outras. Em todo o caso, tenho um novo ponto de partida... Evocarei alguns procedimentos de que me vali na referida palestra, com o propósito de explicar-me melhor.

Um dos recursos que adotei foi um tanto arriscado. Tratei de imaginar uma dificuldade ainda maior do que as enfrentadas na abordagem imediata do assunto. Meu público no Instituto Goethe era composto de professores e estudantes universitários, artistas, profissionais liberais de diversas categorias: gente com educação superior, acostumada a conferências e debates, lida, bem informada. Mas eu propus, então, uma conjectura furiosa: indaguei-me (e indaguei a meus ouvintes) como seria se eu tivesse de falar sobre o mesmo assunto para outra platéia, bem diversa. Examinando a estranha hipótese, confessei que me veria em um grande embaraço.

A platéia que imaginei seria composta por um grupo de rapazes que conheci há pouco tempo, em Vila Verde, na periferia de Salvador. Um grupo simpático de moços entre os quatorze e os vinte anos, com muitas coisas em comum: são pobres, negros, desempregados, não aceitos nas escolas, marginalizados... E todos ameaçados de morte.

A ameaça nada tem de retórica. Os grupos de extermínio que aí atuam têm tanta consciência de sua eficácia (e de sua impunidade) que, como regra, seus agentes escrevem nas portas das casas das pessoas visadas um recado, anunciando uma data limite (uma *deadline*, ao pé da letra) além da qual a vida delas não irá continuar. Essas sentenças costumam ser pontualmente executadas.

O grupo de jovens a que me refiro já foi maior: quando o conheci, tinha sofrido uma certa redução. Compõe-se de moços que até podem considerar-se privilegiados... em comparação com muitos outros da selvagem periferia soteropolitana. Pois esses rapazes de Vila Verde atraíram a atenção de uma ONG que lá começara a atuar com outros propósitos — de apoio a iniciativas comunitárias —, mas acabou por assumir o pesado encargo de dar assistência aos jovens ameaçados. Com um grande esforço, a REDE tem prolongado essas vidas que busca desesperadamente melhorar.

Imagine-se — eu sugeri — como seria falar a esses rapazes da “cultura brasileira” e de seus fundamentos...

No breve contacto que tivemos, eles me pareceram inteligentes. É claro que seu reduzido grau de instrução (creio que todos podem classificar-se como analfabetos funcionais), sua desinformação, suas inúmeras carências seriam obstáculos sérios a ponderar. Não os maiores, porém... Talvez a gente encontrasse um modo de contorná-los. O principal óbice com certeza seria outro. Indicou-o sua psicóloga, uma querida amiga minha, que faz com esses jovens um difícil trabalho voluntário. Ela falou-



me que seus pupilos acusam um forte bloqueio quando se trata de falar sobre futuro. Não imaginam um futuro para si. **Não têm projetos.**

Pois bem: falar de cultura é falar de projetos.

Assim penso eu.

Meus amigos da REDE tentam abrir uma brecha no rigoroso bloqueio: tentam fazer imaginável um futuro para quem não o concebe; para jovens que, interrogados sobre o amanhã, nada imaginam além da repetição do cotidiano arriscado, ameaçado.

Eu lembrei a meu público do Instituto Goethe que os rapazes de quem falava não constituem uma exceção em Salvador: do mesmo jeito que eles (ou pior ainda), vivem sua vida breve inúmeros jovens da mesma condição, da periferia de nossa capital.

Para quem se acha numa tal situação, um discurso sobre “cultura” talvez não tenha muito sentido, pelo menos a princípio. Foi o que conjecturei...

Uma moça da platéia protestou, argumentando que na periferia de Salvador encontrou jovens com uma identidade cultural muito forte, centrada no pagode.

Isso não me entusiasmou.

Nada tenho contra o pagode... Os moços de Vila Verde o apreciam. Isso lhes dá alguma alegria — o que não é pouco para quem tem a vida sujeita a uma limitação arbitrária. Mas de que lhes vale essa identidade cultural, se ainda assim eles ficam sem futuro imaginável, sem imaginação de futuro?

Devo esclarecer: não estou julgando o pagode, que pode ser bom ou ruim. Não é ele o objeto de minha crítica. Esta dança de gente pobre constitui, admito, uma *riqueza cultural* que “gente boa” costuma explorar. Gera até pequenas fortunas... Para poucos, infelizmente. E bem sei que mesmo nas condições de vida mais difíceis podem ser produzidos bens de cultura de grande valor. Nosso povo dá exemplos notáveis dessa capacidade. Tampouco acho que os jovens de Vila Verde sejam uma espécie de *tabula rasa*. Não creio que lhes falte criatividade. Como minha amiga psicóloga, acredito no seu potencial. Verifico, porém, que este se encontra severamente inibido. Por certo, não vem desses jovens a deficiência que revelam. Vem de terríveis limites que cerceiam a cultura brasileira.

Resumindo: falar de cultura **brasileira** supõe uma reflexão sobre o projeto que dá sentido ao Brasil. Este só pode ser o de sua independência... por realizar.

O grande peso que nos ata ao chão do atraso e da dependência é a sinistra desigualdade social em que somos tristes campeões. Quando os 1% mais ricos se apropriam de 50% da riqueza do país, que independência, que cidadania, que Brasil é possível?

Se temos interesse por cultura brasileira, estamos obrigados a pensar no que a limita e sufoca. Pois bem, aí está: não superamos o escravismo. A maior parte de nosso povo acha-se excluído da cidadania. Somos repetentes em injustiça.

Há mais: um poderoso fator de perpetuação da miséria, da desigualdade e da dependência em que nos atolamos reside em nosso profundo descaso pela educação. O estado da educação no Brasil é lamentável, escabroso, obscuro.

Aqui na Bahia, temos muita matéria com que ilustrar esta desgraça. Produzimos belas estatísticas. Cada vez melhores. Os índices de reprovação caem. E o de analfabetos diplomados aumenta.

Não é só isso. Muitas escolas da periferia tornaram-se focos de narcotráfico. Sobrepuja-se este seu novo uso ao curioso serviço “básico” de encenação educacional. Além do fabrico de diplomas irrisórios, elas oferecem a facilitação de um



mercado criminoso. Professores mal pagos e mal treinados expõem-se a riscos cada vez maiores, que compartilham com seus alunos. Estes não raro os intimidam, familiarizados como se acham com a violência.

Se em nível de educação fundamental e média o quadro se afigura negativo, também há problemas com o ensino superior. De uns anos para cá, a educação superior tornou-se objeto de um mercado regido por ganância pura. Na Bahia, oferece novo campo aos laranjais do coronelismo.

Se toco no assunto, é por estar convicto de que educação e cultura são inseparáveis. Desenvolvimento cultural, desenvolvimento *tout court*, só se obtém investindo MUITO em educação. O resto é engano, irresponsabilidade, hipocrisia.

...

Passo a outro ponto. No Brasil, acumulou-se uma experiência histórica significativa. Há um cabedal de conhecimentos e valores, de sentidos e formas que derivam dessa fonte. A criatividade dos homens e mulheres do país renova e acrescenta, modifica e amplia o móvel repertório assim constituído — um repertório que dela depende para subsistir e nunca deixa de transformar-se. Vamos chamar a tudo isso de “cultura brasileira”, deixando de lado a definição de seus contornos, de seu alcance, de suas características. A reflexão que se volta para este campo algo flutuante e descontínuo o enriquece e amplia. Quem deseja participar dessa busca de entendimento, candidata-se ao ingresso em uma vasta e acidentada arena de debates; penetra em um espaço polifônico, multimodo, tenso.

Na verdade, porém, o discurso dominante sobre a cultura brasileira só em parte se alimenta desse esforço de compreensão. Nas suas formulações mais sofisticadas, sem dúvida apela aos estudos sobre a sociedade nacional, a elementos da etnologia do Brasil, da geografia e da história do país, das pesquisas sobre sua economia, seu patrimônio artístico, suas artes e indústrias etc. Mas a tudo isso apela — é preciso que se diga — retoricamente. Pois o que o estrutura não é o conjunto dos saberes que têm como objeto o Brasil — um conjunto, de resto, heteróclito e dificilmente passível de uma síntese concreta, de uma sinopse conclusiva, visto como seu objeto se refrata a cada enfoque, tem sua unidade atravessada por cortes múltiplos e só se apreende por via de abstração. O discurso usual sobre a cultura brasileira é antes regido por uma construção que não a questiona nem a problematiza, antes a trata como uma evidência indiscutível, como algo acabado e definitivo. Tem mais a ver com fantasia que com sociologia, mesmo quando se apresenta *sub specie* de sociologia. Costuma fazer da cultura que alega uma fonte de legitimação para empreendimentos diversos, fruto de interesses não muito claros. Faz apelo a um consenso que, de fato, procura impor. Nesse âmbito, a reflexão sobre o Brasil e a experiência histórica brasileira tem pouco espaço: pode ser invocada, mas não ativada, elaborada criticamente. Entra na festa, mas só como enfeite.

Por vezes, o tal discurso dominante sobre a cultura brasileira assume uma empostação sociológica, antropológica... De uma sócio-antropologia de botequim. Pode também revestir-se de tons solenes. Isso acontece com freqüência em falas oficiais. É então que revela melhor sua indigência em termos de pensamento, sua profunda miséria intelectual.

Um exemplo talvez seja suficiente. Pense-se na febre da “afirmação da identidade cultural brasileira”. De quando em quando ressurgesse esse mote patético. Não é difícil verificar que isso acontece em momentos de apagão da criatividade, de empobrecimento das idéias, de desânimo da imaginação política indispensável ao fomento das criações culturais.



O mote também pode ser utilizado de má fé. Com discursos sobre esse fantasma finge-se, às vezes, lutar contra a invasão descontrolada de produtos, obras, modas e estilos estrangeiros, defender a expressão legítima da “alma nacional”. Mas o pomposo destampatório nacionalista convive muito bem com a invasão que condena da boca para fora. No campo midiático, principalmente, isto se vê com clareza. A necessária democratização na área de cinema e vídeo foi impedida por grupos que detêm, de forma obscura, privilégios abusivos no usufruto dos investimentos e incentivos governamentais cujos benefícios repartem tranqüila e generosamente com agências estrangeiras. São esses ‘nacionalistas’, aliás, os principais veículos de uma produção de baixa qualidade (de enlatados estadunidenses, sobretudo) que importam e derramam nas telas sem nenhum critério.

Há também, é claro, uma celebração ingênua da identidade cultural que se refugia no vago e se alimenta de retórica fútil. Mas não fica no discurso inócuo: produz um efeito que considero muito negativo. Este não decorre somente da tentação do chauvinismo, ou do culto perplexo de uma reificação. Promove uma preguiçosa auto-satisfação, um vago e ridículo contentamento com a posse (suposta) de características idealizadas e logo inconscientemente ‘naturalizadas’, uma tendência à aceitação — e ao cultivo — de estereótipos e clichês, uma auto-complacência piegas, um ufanismo cego, uma fixação no próprio umbigo, uma disposição acrítica de canonizar — ou admitir que se canonize — tudo quanto é apresentado como expressão da tal identidade, uma cega abdicação do exame dos jogos de interesse que definem semelhantes cânones, um amor bisonho a simplificações que economizam pensamento, uma atitude passiva em face de tradições que com isto se degradam.

Em nosso Estado, já algum tempo, tem tido curiosa voga uma exacerbação provinciana deste cacoete, expressa numa enxurrada de proclamações, devaneios e discursos estapafúrdios sobre a *baianidade*. O vácuo de política cultural autêntica deu grande repercussão a esse falatório chocho. E a irreflexão assim propagada leva a desqualificar quem a critica. “Como se pode estar contra isso? Não é o mesmo que estar contra a Bahia?”

Sou baiano, com muito prazer. Gosto de minha terra. Mas isso não me obriga a aceitar estereótipos, lemas e cartilhas publicitárias que me definam e formatem, que me imponham um jeito de ser supostamente característico — coisa que se reduz, de resto, à imagem grosseiramente simplificada de uma das muitas faces da complexa Bahia onde vivo. Não vou, em nome disso, aprovar tudo quanto se faz aqui, aceitar como naturais e legítimos os desmandos de uma elite retrógrada e cretina, perdoá-los por conta de cínicas declarações de amor à “Boa Terra”; não vou esconder os terríveis problemas da sociedade onde vivo, achar pitorescas a miséria e a injustiça que a vitimam, engolir os clichês de uma estética publicitária boçal, a espantosa burrice de produtores culturais sem imaginação; não estou disposto a aplaudir besteiro e música plastificada a que se cola arbitrariamente e levemente o rótulo de *baiana*; nunca aceitarei qualquer produto só por causa deste rótulo.

Por ser baiano, não me sinto obrigado a ser carnavalesco — mesmo gostando de carnaval. Não acato o dogma de que no carnaval de Salvador está a verdade da nossa cultura, a expressão “de nossa alma”. Não é por obrigação cívica que acho bonita a festa, ou antes, muitos aspectos dela, ainda que deteste outros. Não me sinto na obrigação de suportar a calamidade sonora em que se transformaram os trios-elétricos, ainda que goste de música “trielétrica”. Não penso que todos os meus conterrâneos tenham de gostar tanto quanto eu de acarajé e samba-de-roda, nem vejo porque uma pessoa nascida aqui esteja impedida de preferir rock a pagode, ou bouillabaisse ao



vatapá. A meu ver, são ridículos os baianos profissionais, lamentáveis os que vivem de imitar o estereótipo.

De resto, se temos baianidade, haverá sergipitude, paulistância, carioquez... Onde desembocaria tanto delírio? “Na brasilidade”, dirão os celebrantes dessa espécie de filosofia de quintal. E acharão que são muito originais. Contudo, sabe-se que semelhante tolice se acha espalhada pelo mundo, variando só a expressão, de acordo com o vetor etnocêntrico local: englishness, germanidade, hispanidade... É tudo a mesma coisa. Que por aí a fora freqüentemente serve, também, para hostilizar estrangeiros e migrantes, de modo fascista. É certo que as afirmações de brasilidade (ou baianidade) não encerram essa disposição xenófoba; mas não faz bem à inteligência o emprego de conceito tão equívoco.

No pólo oposto, há outro perigo. Um pensamento mecânico e cego, preso ao jogo de alternativas rígidas, quer que se tome uma de duas posições contrárias, ambas igualmente equívocas: ou se aceita esse engodo ufanista da identidade reificada ou se mergulha no bovarismo que tem contaminado muita gente em nossa terra, nas classes privilegiadas sobretudo, mas também nas classes médias: uma seca rejeição do país, um desgosto com a própria origem, uma visão pessimista, toda negativa, do povo brasileiro, uma recusa a tudo que é qualificado com desprezo de “tupiniquim” ou de “crioulo”, gerando uma curiosa espécie de etnocentrismo heterocêntrico que leva à macaquice cultural e à despersonalização, ao desprezo por si mesmo embuçado na subestima do próximo. Não é o ufanismo ingênuo que pode nos livrar desta praga. É mesmo o senso crítico, a reforçar e aprofundar o trabalho da imaginação democrática. Eis o que falta a nossa política cultural

Os PDFs disponibilizados no site [www.ordepeserra.wordpress.com](http://www.ordepeserra.wordpress.com) podem ser baixados e salvos em seu computador - mas não incluídos em boletins, apostilas, módulos, revistas, livros eletrônicos ou impressos, nem em blogs ou websites sem prévia autorização do autor.

